

# Criada Comissão de Populares para a Defesa da Floresta e do Mundo Rural

17 de Julho, 2018

A Comissão de Populares para a Defesa da Floresta e do Mundo Rural dos Concelhos de Pombal e Pinhal Interior Norte do Distrito de Leiria, que vai ser apresentada, promete lutar por medidas para a floresta e produção agrícola, refere a Lusa.

“Esta comissão surge devido a um conjunto de questões que são colocadas à população depois dos incêndios que ocorreram no Pinhal Interior”, explicou à agência Lusa Fernando Domingues, membro da comissão, referindo que os fogos de junho de 2017 “colocaram na ordem do dia um conjunto de problemas relacionados com a floresta, o mundo rural, o abandono das terras”.

Segundo Fernando Domingues, “a matéria combustível, o preço da venda do pinheiro bravo, a pequena agricultura e os seus custos de produção e escoamento dos produtos agrícolas” são outras das problemáticas.

A comissão foi constituída há cerca de duas semanas, sendo dez o número de pessoas que já subscreveram o respetivo manifesto, no qual constam as preocupações e o que se propõem fazer em torno da floresta e da pequena agricultura.

A área de atuação desta comissão são os concelhos do norte do distrito de Leiria: Ansião, Alvaiázere, Pombal, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

“Depois desta reunião e de outras vamos sensibilizar o poder político local e nacional, em face das necessidades e preocupações das pessoas”, declarou o elemento da comissão, adiantando que serão contactadas outras organizações e associações de produtores agrícolas e florestais.

De acordo com informação enviada à Lusa, a Comissão de Populares para a Defesa da Floresta e do Mundo Rural dos Concelhos de Pombal e Pinhal Interior Norte do Distrito de Leiria assume o compromisso de lutar “pelo cumprimento da lei de bases da floresta, nomeadamente a revisão dos planos regionais de ordenamento florestal e dos planos de gestão florestal, cuja sujeição a ampla discussão pública alargada é imprescindível”.

Por outro lado, defende a “implementação urgente do cadastro rústico atualizado sobre todo o território nacional”.

O reforço de “meios humanos e financeiros para a defesa da floresta do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas” e “medidas de apoio à produção agrícola, à valorização dos produtos locais, à dinamização dos mercados tradicionais, à melhoria dos rendimentos dos pequenos agricultores e pela implementação da Carta da Agricultura Familiar” são outras das medidas que a comissão preconiza.

A “defesa da propriedade comunitária dos baldios e das comunidades de partes na administração e gestão dos baldios segundo os usos e costumes”, assim como a defesa da “biodiversidade e o equilíbrio ambiental, nomeadamente das espécies autóctones”, são outras das medidas pelas quais promete lutar a recém-criada comissão.

O incêndio que deflagrou em 17 de junho de 2017 em Pedrógão Grande e que alastrou a concelhos vizinhos fez 66 mortos e mais de 250 feridos, destruiu meio milhão de casas, quase 50 empresas, uma mancha florestal considerável e provocou danos elevados na agricultura.